

DEMOCRACIA RACIAL EM NOME DO *PROGRESSO DA PÁTRIA* – JORNAIS NEGROS NA SÃO PAULO DO FIM DO SÉCULO XIX

Ana Flávia Magalhães Pinto¹

Resumo: Apesar do reconhecimento de outros periódicos oitocentistas anteriores à abolição do sistema escravista, este artigo se volta ao apresentado por dois jornais da imprensa negra paulista no século XIX: *A Pátria – órgão dos homens de cor*, de 1889; e *O Progresso – órgão dos homens de cor*, de 1899. As datas dos lançamentos acenam para a possibilidade de diálogo com algumas representações forjadas no calor da hora por membros do grupo sociorracial negro paulistano, não mais dividido entre livres, libertos e escravizados, durante os anos que seguiram à abolição e os primeiros anos da República. Embora os responsáveis por *O Progresso* reconheçam e reverenciem a anterior atuação de *A Pátria*, os dez anos que os separam parecem ter sido suficientes para alterações substanciais no entendimento acerca das condições de a cidadania se efetivar para os negros em fins do século XIX.

Palavras-chave: Imprensa Negra, São Paulo, Século XIX

Abstract: Despite the recognition of others newspapers that existed during the 19th in a time before the abolition of slavery system, this presentation is concern about two newspapers of black press from São Paulo: *A Pátria – órgão dos homens de cor*, of 1889; and *O Progresso – órgão dos homens de cor*, of 1899. The dates that this black news papers were created means the possibility of dialog between members of black socio-racial group in São Paulo, not more divided in free, emancipated or enslaved, during the years after emancipation of slavery and the first years of Republic. Although that ones responsible by *O Progresso* recognized and appreciated their predecessor, *A Pátria*, the ten years separating them appear to be enough to show substantial changes about their perceptions about the conditions for the citizenship be accomplished by black people in the end of 19th.

Key-words: Black press, São Paulo, 19 century.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

O avanço da memória rumo ao passado: a imprensa negra paulista no século XIX.

Hoje é um dia que vou marcar no meu caderno; você me deu a oportunidade de falar de minha fé, de minha mãe, de minha gente e de minha raça. Nunca ninguém me perguntou nada. E eu nunca pude contar nada para ninguém. A minha própria vida ficou mais clara. Venha sempre que puder. Venha comer feijão com couve [disse D. Sebastiana a Teresinha Bernardo]. (BERNARDO, 1998:73)

Existem coisas que parecem acontecer só para subtrair alguma legitimidade ao acaso. O encontro com fragmentos de memórias de mulheres e homens negros sobre suas experiências na cidade de São Paulo do pós-abolição, das primeiras décadas do século XX, deixou-me pouca margem de dúvida quanto a isso. É verdade que tal confluência foi possibilitada pelo trabalho de Teresinha Bernardo, *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*, mas no momento em que comecei a leitura daquele livro não imaginava encontrar palavras tão irradiantes como as de D. Sebastiana, ditas ao fim de uma conversa-entrevista com a pesquisadora. Naqueles relatos pude entrever lances de como aqueles mais velhos davam sentido às suas vidas e às suas coisas na capital paulista nos anos que logo se seguiram à abolição.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, São Paulo recebia levas e levas de italianos, espanhóis e tantos outros imigrantes de origem européia, que aqui chegavam como promessa do *progresso* para a *pátria* brasileira. Os projetos imigrantistas processavam-se a pleno vapor. “Em fins do século XIX, o estado de São Paulo já era o principal pólo imigrantista do país. Diante do maior número de entradas, o período entre 1880 e 1914 é chamado de ‘a grande imigração’” – comenta Giralda Seyferth (2005: 28). Simultaneamente, ratificavam-se leis de caráter nacional que não só proibiam a entrada de negros no Brasil, como também garantiam fôlego às práticas discriminatórias dirigidas aos afro-brasileiros. Sobre esse contexto, é vale lembrar que o decreto nº 528, de junho de 1890, manteve fechadas por mais algum tempo as fronteiras nacionais para o ingresso de africanos (os “indígenas da África”).² No horizonte dos problemas que precisavam ser superados em tempos republicanos estava uma considerável população descendente de africanos. Como bem ponderou a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo:

² O capítulo 1, “Da introdução de imigrantes”, do referido decreto, estabelece em seus três primeiros artigos que: “Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, *excetuados os indígenas da Ásia ou da África*, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. Art. 2º Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar. Art. 3º A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como de mendigos e indigentes” (*Coleção das Leis da República*, Fascículo VI, 1890, Decreto 528. Brasília, Câmara dos Deputados).

Não se tratava do escravo, o ente abstrato que sobressai muitas vezes da historiografia ao se explicar sua suposta recusa ao trabalho livre por força de uma herança funesta da escravidão, bem como a decorrente necessidade de imigrantes. Era, sim, o negro, elemento considerado de raça inferior porque descendente de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias raciais ainda estavam longe de cair em desuso. (AZEVEDO, 2004: 134)

O afã da modernização nacional caminhava *pari passu* com a modernização do racismo, que legitimara a escravidão de africanos. Figurando ao mesmo tempo como pressuposto e meta, o silenciamento das vozes e o apagamento dos interesses das pessoas negras produziram resultados como os que são arrostados pelas falas de D. Sebastiana e dos outros tantos velhos e velhas no fim do Novecentos. Por sua vez, esses testemunhos confirmam que os negros paulistanos não foram tão inertes quanto gostariam ou antes pressupunham os autores dos projetos de diluição/extinção da presença negra no Brasil (Cf. SANTOS, 1998). Afora isso, aquelas histórias despertaram minha percepção para a grandeza de outro material que tinha em mãos esperando para ser examinado. Falo dos dois jornais *A Pátria* e *O Progresso*, cujos subtítulos eram idênticos: *órgão dos homens de côr*. Os dois impressos circularam na cidade de São Paulo ainda no século XIX, lançados respectivamente nos anos de 1889 e 1899.

As datas dos lançamentos me remeteram à possibilidade de diálogo com algumas representações forjadas no calor da hora por membros do grupo sociorracial negro paulistano, não mais dividido entre livres, libertos e escravizados, durante dois momentos especiais: 1) os anos que seguiram à abolição e os meses em que se viveu a iminente instauração do sistema republicano; e 2) os primeiros anos da República brasileira. *A Pátria* e *O Progresso* registram significados que seus colaboradores atribuíram a essas medidas modernizadoras – uma dimensão inexistente no, mesmo assim, belíssimo trabalho de Teresinha Bernardo.

O material encontrado nos arquivos a que tive acesso, bem como a escassez de referências bibliográficas,³ entretanto, não me permitem afirmar qualquer coisa acerca da periodicidade, nem sobre o tempo de existência de cada um dos títulos. Neste artigo, analiso o segundo número de *A Pátria*, de 2 de agosto de 1889, ido a público numa sexta-feira; e o exemplar de lançamento de *O Progresso*, de 24 de agosto de 1899. Ou seja, ao menos o primeiro sobreviveu ao número inicial.

³ Há referências sucintas em: DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1972; GOMES, Flávio. *Negros e Política* (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Mesmo que não tivessem a magia de fragmentos testemunhais praticamente esquecidos, *A Pátria e O Progresso*, juntos, já seriam de grande importância no panorama da imprensa negra no Brasil, pois ensejam uma reformulação da convencional estréia desse segmento editorial no estado de São Paulo. A maioria – senão a totalidade – dos trabalhos que se debruçaram sobre o assunto atribui originalidade aos títulos surgidos na década de 1910, tendo quase sempre *O Menelick*, de 1915, como o inaugurador da série.⁴ Tais estudos acabaram reproduzindo a delimitação esboçada por Roger Bastide, no ensaio “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”, e depois consolidada por Miriam Nicolau Ferrara, em *A imprensa negra paulista (1915-1963)*.⁵

Em São Paulo, como ocorreu em outras localidades brasileiras, as práticas discriminatórias do racismo não foram capazes de aniquilar nos negros o desejo de transformação de suas vidas. Encontra-se aí o elo entre esses momentos da imprensa negra paulista. Essas folhas demonstram como o descrédito, o desdém ou mesmo a exclusão dos postos de trabalho, inúmeras vezes, foram transformados em desafio (Cf. JACINO, 2006). Um desses episódios muito comuns nos primórdios do século XX foi também narrado por Seu Raul a Teresinha Bernardo, tendo ele e sua companheira Lurdes como protagonistas:

Como contei, fiz tudo na vida; fui menino de recado, marmiteiro, consegui um emprego no [Instituto] Biológico para lavar carro e privada e pensava: “negro só trabalha”, isto martelava a minha cabeça. Fui estudar depois de velho, tinha diploma e só trabalhava... Tinha o diploma, mas nenhum dinheiro. Quando casei com a Lurdes, ela fazia doces para fora. No começo, como todo homem macho, combinamos que ela não ia mais trabalhar. Mas ela combinou uma coisa e fez outra. Começou a fazer doces e eu disse: “se é para trabalhar, é para ganhar dinheiro” e, como ela não sabia cobrar, então eu cobrava. Assim, conseguimos abrir uma doceria na Brigadeiro Galvão, que depois foi para Lopes Chaves. A doceria ia bem, a Lurdes era uma cozinheira famosa e então transformamos a doceria em buffet e viemos para as Perdizes. Nas Perdizes, negro não era aceito; era um bairro de quatrocentonas que achavam que preto não podia morar, só podia trabalhar para eles. Lembro bem, uma vez que D. Adélia, falando com outra vizinha, disse: “Olha só como ficou as Perdizes! Até negro vem

⁴ BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. In: BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973; DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002; FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986; GOMES, Flávio. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005; MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992; SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. “Associações de Homens de Cor” – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

⁵ Fora desse terreno, encontramos referência à anterior existência de *O Baluarte – orgam oficial do “Centro Litterario dos Homens de Côr”*, editado na cidade de Campinas em 1903. Cf. MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

morar aqui!”. Sabe o que eu fiz? Esperei doze anos e comprei a casa dela, um palacete onde fiz o salão do buffet. Foi a forma de me vingar, eu que expulsei ela das Perdizes, mas não é vingar, é como se fala agora, foi a forma que encontrei de dar um chapéu nela... (Bernardo, 1998: 123-124).

A citação, extensa em vários sentidos, fala por si. Os fatos que compreende, uma vez conectados ao empreendido nos dois “órgãos dos homens de cor”, vêm dar mostras da efetiva existência de registros de memória da população negra produzidos sob sua própria perspectiva. São histórias que não discorrem apenas sobre escravização e derrotas, mas principalmente sobre resistência e superação. Assim como pessoas e falas tão preciosas foram colocadas no caminho de Teresinha Bernardo, no meu apareceram *A Pátria* e *O Progresso*. As próximas páginas são dedicadas a retirar do silêncio palavras muito bem ditas.

***A Pátria* e a viabilidade do sonho de República para um órgão dos homens de cor.**

Cerca de quinze meses transcorridos desde a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, a que declarou extinta a escravidão no Brasil.⁶ Na cidade de São Paulo, *A Pátria* apresentava ao público seu segundo número em 2 de agosto de 1889. A campanha pela abolição era feito digno de realce naquele espaço. Sua primeira página fora totalmente reservada à “homenagem aos grandes abolicionistas” por meio da estampa do busto de três abolicionistas: Visconde do Rio Branco (*in memoriam*), Feliciano Bicudo e Fernando de Albuquerque, homens brancos. No que concerne aos aspectos da diagramação dos jornais da imprensa negra, esta foi a primeira vez em que houve o uso de imagens.

Como foi dito, a folha carregava o epíteto “órgão dos homens de cor”. A presença daquelas figuras não negras poderia, então, ser interpretada como uma contradição? Aos olhos da redação do jornal, a resposta provavelmente seria negativa, ou melhor, nem se tratava de uma questão colocada. Entretanto, uma informação prestada ali mesmo pode servir à pergunta. Conforme alusão disponível na última página do exemplar, a mesma seção no número inaugural fez deferências a Luiz Gama, José Bonifácio e o Fernandes Coelho – uma “Galeria preciosa”:

*Aos nossos leitores, no primeiro número do nosso jornal, oferecemos uma trindade que inscreveram seus nomes no coração dos brasileiros, que contraíram para com ela uma dívida sagrada. Em nosso segundo número, apresentamos outra não menos distinta. Qual será o homem de cor que não se curve ouvindo falar nesses beneméritos da pátria?*⁷

⁶ *Coleção das Leis do Império*, Actos do Poder Legislativo, 1888, Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888.

⁷ *A Pátria*. São Paulo, n. 2, 2 de agosto de 1889 (Sessão de Obras Raras, Biblioteca Nacional), p. 4.

Ou seja, a reverência correspondia a uma forma de sinalizar as correntes políticas com as quais estava conectada a argumentação desenvolvida no periódico. Localizado entre o fechamento das batalhas abolicionistas e a eminente transição para o regime republicano, este periódico acabou por absorver essas duas temáticas em sua argumentação, salvaguardadas suas idiossincrasias. A propósito, em que pese seu lugar de fala, *A Pátria* pretendia não se ocupar com as disputas entre os partidos liberais e conservadores – chamados de “partidos monárquicos”. Quanto a isso, é bastante taxativa ao afirmar no primeiro artigo da edição: “Para nós homens de cor, em nada influiu a queda dos conservadores, assim como a ascensão dos liberais ao poder”.⁸

A política conservadora era, assim, diretamente associada à perseguição e à opressão contra a população negra. Aos cuidados de personalidades como o Barão de Cotegipe – “um dos maiores algozes da raça de cor, tanto assim que contra a sua vontade é que o gabinete João Alfredo conseguiu a realização da áurea lei de 13 de maio” –, não poderia receber outro tratamento que não o completo descrédito perante os olhos de *A Pátria*. Quanto ao partido liberal, a crítica era não menos ferina: “Depois de sete anos no poder sem importar-se com a sorte dos míseros escravizados, tendo sido uma política de desordem e desmandos. (...) Celebrizando-se ainda mais na oposição que fizeram ao Gabinete Dantas quando, pretendia fazer uma lei que vinha suavizar a sorte dos descendentes da raça africana”.⁹

Entre 1878 e 1885, o Gabinete Ministerial do Império esteve nas mãos dos liberais. A omissão reclamada por *A Pátria* fundamentava-se no fato de que nenhuma providência efetiva fora tomada enquanto esses estiveram no poder. Quando os conservadores assumiram, promoveram alguns arremates, mas tão procrastinadores que não mereceram o respeito de muitos abolicionistas e alguns republicanos – mas isso não era ressaltado pelo periódico. Acontece que em 1884, o senador liberal Manoel Pinto de Souza Dantas, nomeado chefe de Gabinete pelo imperador, ficou com a responsabilidade de buscar soluções para o problema da escravidão. Com o apoio de Rui Barbosa, produziu-se o Projeto Dantas, cujo texto propunha alguns benefícios aos futuros libertos, entre os quais a transferência paulatina de terras arrendadas do Estado para que ex-escravizados as cultivassem. A proposta motivou o descontentamento não apenas dos conservadores, como também dos próprios liberais – e tantos outros –, em seus interesses escravistas. O quiproquó desencadeou a dissolução da Assembléia e a convocação de novas eleições. Por fim, o resultado resguardou os interesses

⁸ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁹ *Idem, ibidem*.

escravocratas e impulsionou a queda do Gabinete Dantas. Eis que ascendeu ao gabinete o conselheiro Saraiva, liberal que reformulou pontos fundamentais do Projeto Dantas, cuja aprovação se deu somente no mandato do conservador Barão de Cotegipe, ficando o documento conhecido como a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, de 1885 – uma das últimas manobras que antecederam a Lei Áurea. Quando do lançamento de *A Pátria*, os liberais tinham voltado ao Gabinete, na figura de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Em linhas gerais, esse era o cenário com o qual os redatores do impresso dialogavam.

Finda a escravidão em 1888, pelo que se depreende do desejo manifesto do periódico, a aposta na superação dos limites impostos à “raça de cor” teria de estar fundamentada pelo menos em demonstrações incontestes e nas propostas que permitissem vislumbrar à concretização das mudanças em benefício do grupo sociorracial negro. A adesão ao republicanismo parecia uma saída bastante promissora: “Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão”.¹⁰ Resolvida a demanda abolicionista, a República seria o passo adiante.

Importa ressaltar que, de acordo com *A Pátria*, a abolição teria sido “obra imposta pelo terror que inspirava ao trono, e ao partido conservador, o movimento abolicionista. O governo, sabendo que a abolição seria forçosamente feita, rendeu-se à vontade popular, receando a revolução que com certeza traria a queda da monarquia no Brasil”.¹¹ Ademais, a Lei Áurea era entendida pelo jornal paulistano como uma tábua de salvação com a qual a princesa Isabel, ocupando naquela ocasião o posto de regente, teria se valido para salvar os alicerces do trono.

A escravidão enquanto vigente, de fato, esteve na boca de muitos grupos – liberais, conservadores, monarquistas, republicanos e por aí vai –, mas a partir do momento em que milhares de mulheres e homens negros tiveram de ser reconhecidos como cidadãos brasileiros, outras questões de fundo foram se notabilizando. Além de serem tema das conversas, os negros, a princípio, poderiam ter chances maiores de opinar sobre os rumos do país, caso o universo hipotético que a abolição aludia se concretizasse e uma parcela mais ampla da população alcançasse o debate público.

O certo é que, nos últimos tempos, a popularidade da monarquia constitucional sofria de altos e baixos. Na compreensão engendrada por *A Pátria*, no que competia aos interesses da

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ *Idem, ibidem.*

população negra, haveria mais razões para depreciações do que para elogios, posto que: “em remuneração aos serviços que julga-nos ter *prestado*, exigiu a simpatia do povo e armando um laço ardiloso procuravam impossibilitar a raça de cor, receando-se que ela, compreendendo que nada deve à coroa, lançasse suas vistas para o partido republicano”.¹² O trecho ilumina o incômodo sentido diante de quaisquer sugestões de os negros terem de permanecer obrigados a devotar reverências ao Império ou mesmo da possibilidade de serem colocados à mercê das pretensões monárquicas – como se devedores de favores o fossem.

Se existia alguma dívida dos negros para com algo ou alguém, essa não seria aos “partidos monárquicos”, mas a todos que numa ação suprapartidária empreenderam esforços para a libertação dos ainda escravizados. Nesse grupo estariam, entre outros, José Bonifácio, o moço; o Barão do Rio Branco; os senadores Dantas; e, obviamente, Luiz Gama. A essas figuras emblemáticas o impresso dizia não se acanhar em estampar seus rostos logo na primeira página.

Todavia, aquela galeria de grandes abolicionistas permanecia falta de uma personalidade negra de reconhecida importância nas pelejas pelo fim do escravismo, em particular no contexto político da Corte. Ia-se para o terceiro número e nada de aplausos a José do Patrocínio. Tratava-se da figura vultosa que, no dia em que todos foram declarados livres pelo poder imperial, fora “saldado pela multidão, agarrado, beijado e abraçado por homens e mulheres eufóricos com o fim da escravidão”, mas que também, curiosamente, ouviu de seu amigo João Marques este comentário um tanto quanto tosco: “Que belo dia para morreres, Patrocínio!”. A essa ponderação, José Murilo de Carvalho acrescentou: “Foi uma observação perfeita. Patrocínio deveria ter morrido de uma síncope naquele dia, enquanto era aclamado pela multidão” (CARVALHO *in*: PATROCÍNIO, 1996). Suas escolhas lhe renderiam dissabores não imaginados naquele dia. Em *A Pátria*, como se verá, existiam razões republicanas para explicar a ausência em tão pouco tempo do popularmente conhecido “Zé do Pato”.

No intuito de aproveitar os meios disponíveis para atingir a meta abolicionista, Patrocínio unira-se aos monarquistas, mesmo, ao que parece, tendo para si o entendimento da relação que o Império mantinha com a escravidão. Ocorre que, uma vez alcançados os fins abolicionistas em 1888, avalia Franklin Martins:

Patrocínio, porém, não percebe desta vez “a brusca mudança que se operou no espírito público”. Talvez por gratidão à princesa por seu papel na abolição, talvez por reação à hostilidade dos republicanos que o tratavam como adversário, não vira a página, não muda de programa e

¹² *Idem, ibidem.*

não olha para o futuro – no caso, para a República que se avizinha
(MARTINS, 2005: 135).

Pois veja que a figura de Patrocínio não apareceu na galeria dos maiores abolicionistas, o que não significou, porém, a inexistência de qualquer alusão a ele em *A Pátria*. A questão é que, não obstante tenha ficado sem o mais ínfimo gesto de reconhecimento por seu empenho, coube-lhe figurar como mote de uma zombaria estabelecida na crônica intitulada “A tempestade”, datada de 25 de maio de 1899. O enredo correspondia a um encontro onírico entre Ara, o narrador da história, e Deus, assessorado por um anjo. O texto principia com a apresentação do espaço onde se daria a trama, uma atmosfera dramática. As imagens aludem à ocorrência de uma tempestade próxima. “Os horizontes da pátria, outrora límpidos e belos se escurecem por uma nuvem negra”.¹³

Eis que, em meio a esse ambiente, Ara é surpreendido pela visão de um carro de fogo puxado por dois velozes corcéis vindo do céu, trazendo um homem de longas barbas brancas – o próprio Deus –, acompanhado de muitos anjos. O narrador-personagem, de pronto, põe-se em reverência àquela figura divina, que manda a um de seus mensageiros lhe dizer: “– Ara, Deus ouviu-te a prece e reconhece que em ti um dileto filho. Ele perdoa-te”. Ara, então, indaga sobre o porquê de toda “aquela revolução”, ao que recebe a resposta que dará vazão à reviravolta da narrativa:

*– Ara, não é por ti. Deus criou o mundo, tudo o que vede é dele. Adão e Eva tiveram dois filhos, Caim e Abel. Caim matou a Abel, seu sangue gritou a Deus onipotente: – Vingança! Vingança!
Deus vingou-o. Caim vive errante pelo mundo, amaldiçoando sua vida.
Deus julgava que nunca mais houvesse Caim. Mas ainda há neste país um Caim que Deus protegeu por muito tempo, mas o homem julga-se superior ao Onipotente e ofende-o, insulta-o. Deus que o patrocinou por tanto tempo, ele não quer viver na graça. O sangue do novo Abel clama vingança por haver ELLE assassinado com a ignorância, Deus vai vingá-lo.
Ara! Vai depressa! Vai pelo Brasil e prega o bem, dizei ao povo que Deus exterminará com os PATROCÍNIOS escandalosos e demolidores e vendilhões do templo de Deus.
Deus vai castigar ao novo Caim. És de Deus abençoado.
E a tempestade desencadeou...
Ora bolas! Foi sonho! Levantei com o patrocínio do José!¹⁴*

Ao sabor das sátiras da época, José do Patrocínio aparece nessa crônica associado à figura de Caim, o fraticida bíblico. De acordo com o sugerido pela narrativa, embora vivesse sob a proteção divina, Patrocínio quis sobrepor-se à sua grandeza e, certamente, seria punido – o aviso fora dado pelo próprio Deus. Ara, porém, não evidencia quem seria o Abel daquela

¹³ *A Pátria...*, p. 2.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

situação, o que deixava o abolicionista fluminense em situação mais constrangedora. O narrador estaria falando de todos os negros?, dos republicanos negros, dos republicanos somente?, ou de toda a humanidade? Recursos literários à parte, o texto encerra um conflito secular, e não de ordem divina. Patrocínio era *persona non grata* entre os republicanos, por isso cabia-lhe o escárnio.

Ouso dizer que não houve em *A Pátria* disposição ou pretexto para que se protegesse a figura de José do Patrocínio, como ocorrera em jornais da cidade de São Paulo em 1880. Naquele ano – conta Elciene Azevedo –, ao discursar numa conferência abolicionista na capital paulista, Patrocínio “qualificou os senhores de escravos de ‘piores do que compradores de furto, piores do que os portadores de moeda falsa’” (AZEVEDO, 1999: 179). Por conta disso, mais do que a indignação de escravistas, recebeu, principalmente, a defesa de ninguém menos que o famoso abolicionista republicano Luiz Gama, que foi à *Gazeta do Povo* reprimir as agressões àquele cidadão negro da Corte, feitas por um escravocrata nas páginas da *Província de São Paulo*:

Em nós até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.

Nós, que falando, escrevendo, e esmolando, de porta em porta, somos acolhidos com impiedoso sorriso pelos bondosos estrangeiros, que convivem neste país, sem temor da negridão da nossa pele, que nos franqueiam a sua bolsa, e nos prodigalizam o seu óbolo, para a remissão dos elefantes negros da lavoura, temos, por certo, sobejo motivo para enojarmo-nos dessa parolagem sáfia, indigna da imprensa de um país culto. (GAMA, Apud AZEVEDO, 1999: 180-181).

A denúncia de discriminação racial fundava a manifestação de Luiz Gama, que poderia ganhar forças à medida que as liberdades dos negros escravizados fossem totalizadas. No entanto, o período que dista 1880 de 1889 assistiu, entre outros acontecimentos, à morte daquele ilustre abolicionista, ao crescimento do republicanismo e à perda de sentido da fala em defesa da emancipação, uma vez que a partir de 1888, teoricamente, não existiriam pessoas escravizadas no Brasil. Perante a opinião pública, os abolicionistas, não os escravizados, conquistaram a cena. Nos termos das disputas políticas hegemônicas do pós-abolição, desapareceram as bases que impeliavam alguns republicanos abolicionistas a tolerar José do Patrocínio. Nesse ponto, *A Pátria* – à luz do material examinado – acabou repetindo uma barreira ao livre fluxo do que se vislumbrava no pronunciamento de Luiz Gama. Aos olhos do impresso, naquele momento, os negros não republicanos perigavam ser tomados

como dissidentes da causa de libertação de seu povo. O respeito a toda prova à identidade racial em nome do fortalecimento da emancipação – como sugerido no pronunciamento de Gama – fora maculado em ao menos um detalhe.

Em outras dimensões, a sintonia se manteve. Permanecera o interesse pelas ações empreendidas por pessoas negras de outras localidades. À medida que o vínculo com José do Patrocínio perdia a validade, outras aproximações com o Rio de Janeiro assumiam relevo. Sendo informação dada em primeira mão aos leitores da Corte, a notícia da recente formação do *Club Republicano dos Homens Côr* tinha sido reproduzida numa folha paulistana. Tamanha foi a satisfação de *A Pátria*, que reservou considerável espaço para demonstrar sua afinidade com a proposta de seus pares fluminenses. O artigo de autoria de Ignácio de Araújo Lima inicia-se com versos efusivos:

*Hosana, hosana, entoemos a esse dia
Em que essa nova aqui nos anuncia
Que unidos pela idéia, aí estais,
Prontos para combater a tirania
E aos demais que a nossa raça deprecia
Vinguemos nossos pais.*¹⁵

Após a epígrafe, o publicista, em nome de “Nós, homens de cor daqui da capital de São Paulo”, sustenta a contigüidade com os republicanos negros fluminenses reprovando a criação e a atuação da Guarda Negra. Mormente estabelecida na Corte, fora também instituída em terras paulistas. Naquela atmosfera de preocupações republicanas, estava mais uma vez a figura de José do Patrocínio.

Ao tecer comentários sobre a Guarda Negra e o envolvimento de Patrocínio, Clóvis Moura sustenta o entendimento do uso feito dos libertos e outros negros pelos monarquistas contra os republicanos (MOURA, 1992: 68). Todavia, a problematização feita por Flávio Gomes acerca da participação dos negros nas disputas políticas do pós-abolição apontam para um cenário mais complexo, no qual o recurso às características raciais dos cidadãos era algo que importava a monarquistas e republicanos:

As idéias em torno da Guarda Negra (ou pelo menos sua versão institucionalizada e impressa no noticiário) articulavam percepções diversas de libertos nas cidades e no interior a respeito de raça, cidadania e controle sobre seu trabalho e suas vidas, bem como disputas simbólicas de setores abolicionistas, monarquistas e republicanos. A Guarda Negra e a mobilização racial tinham vários sentidos e significados para os diferentes personagens e agentes. E aí estava a principal disputa. A vencedora foi a memória histórica das idéias de “manipulação”, “dádivas” e “gratidão” – sempre ressaltadas na época

¹⁵ *A Pátria...*, p. 2.

e também pela historiografia posterior – , e não aquelas do emaranhado de lutas, projetos e expectativas (GOMES, 2005: 25).

Com efeito, o *Club Republicano dos Homens Cor*, tal como noticiado em *A Pátria*, correspondia a uma outra possibilidade da presença negra na sociedade pós-abolição, não circunscrita à influência monarquista. Insatisfeitos com o cenário que se firmava, os envolvidos com a publicação do jornal questionavam a viabilidade de a cidadania plena ser desfrutada por toda a população negra caso a monarquia permanecesse no poder: “Chama-nos paulistas porque tivemos nosso berço na cidade de São Paulo, legendária e heróica pelos brilhantes feitos de seus filhos, porém nós que somente podemos dizer: Aqui nesta parte da América do Sul, tivemos nosso berço, mas onde está nossa Pátria?”¹⁶

Séculos transcorridos desde o início da colonização portuguesa em solo americano— “onde se escreveu o martirólogo dos infelizes filhos d’África escravizados no Brasil, (...) onde [os escravocratas] esses malvados seres nutriam a terra com os corpos de nossos avós e pais e regavam-na com o seu sangue e com as suas lágrimas!”¹⁷ –, e as possibilidades de independência efetiva dos negros pouco tinham se alterado. Isso era tomado como motivo suficiente para que se duvidasse das promessas de uma incorporação natural e democrática naquele momento e almejassem uma integração distinta da facultada pela Guarda Negra. Aqui repousava outra justificativa para a simpatia republicana carregada nas letras do periódico negro.

Diante dos desafios a enfrentar uma vez terminado o escravismo, nos dizeres de *A Pátria*, o primeiro impulso teria sido a busca de “punição para tantos crimes, porém é tarde, muito tarde”. O presente reservava-lhe, todavia, outra missão mais espinhosa, porém “mais nobre e mais honrosa”: garantir que os recém-libertos pudessem, de fato, ter o Brasil como pátria, pudessem desfrutar a cidadania prometida, uma vez que: “Ontem deram liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto, que se transformara em cidadão, tem direito e precisão de ter uma pátria. Sim, quem mais do que eles têm direito sobre o solo em que pisam?”¹⁸

¹⁶ Em outro artigo, intitulado “Momento da Atualidade”, o jornal manifesta em mais detalhes sua opinião sobre a o sistema de governo monárquico: “Ninguém ignora que monarquia só tem contribuído para o engrandecimento de suas cortes, que neste ou naquele país onde ela predomina, arrancando ao mercenário a sua última baga de suor para transformá-la em brilhantes futilidades no recinto aristocrático de um governo que jamais soube compreender a sua elevada missão, perante uma nação civilizada” (*A Pátria...*, p. 3).

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem, ibidem.*

O quadro instava nos negros livres da escravidão sem o expediente da Lei Áurea a responsabilidade pela conquista da igualdade efetiva aos recém-libertos, bem como a eles próprios. As razões para tal ficam evidenciadas neste trecho:

E nós que sentimos correr em nossas veias o sangue Africano, nós que nos orgulhamos em pertencer a essa raça, que foi a primeira que penetrando no seio virgem da terra, de lá voltou com as mãos cheias d'ouro e pedras preciosas, frutos esses por eles colhidos, que se transformou em mantos, onde se esconderam tantos crimes e que ainda hoje existem nos cofres dos potentados; ainda mais os três séculos de trabalho dessa raça expatriada e escravizada encheu também de ouro e de pedras preciosas o erários dos reis e dos imperadores. É o tempo que corre e exige o nosso conagraçamento para juntos combatermos as trevas nas quais imersos estão ainda muitos dos libertos de ontem, educá-los e encaminhá-los na idéia grandiosa Pátria e República. (...) Nossos avós e nossos pais sucumbiram entre sacrifícios e dores cruciantes, não no terreno da luta pela aspiração ou idéia, mas sob os golpes do azorrague vibrados por braços possantes, nos amplos quadriláteros das fazendas.¹⁹

As marcas de uma identidade fundada em heranças negro-africanas e no pertencimento ao grupo sociorracial negro sustentam a fatura do artigo e de todo o impresso. A garantia de sobrevivência digna não carecia do escamoteio do passado ou da ancestralidade. Ainda que os negros respondessem por uma variedade de posições sociais – bem mais ampla do que a permitidas pelos termos livre, liberto ou escravizado –, o reconhecimento do vínculo que aproximava suas diversas experiências tornava possível o compromisso mútuo em nome da conquista da democracia real – traduza-se democracia racial. Essa era a forma de perceber o mundo que legitimava a existência do jornal como instrumento de resistência:

Bem sabemos que somos pequenos diante da majestade e poder dos grandes, mas também somos descendentes dessa raça, que durante três séculos foi martirizada, extorquida, vilipendiada, destruiu o átomo, contestou o fato. E onde encontraremos Pátria e Liberdade além dos vimos no disco da República porque o sangue de tantas torturas, o suor de tantas angústias são os troféus de glória que nos legaram nossos avós e pais. Guardemos esses troféus no sacrário de nossos corações e busquemos para esses que ainda hoje restam velhos e alquebrados, para eles e para nós, o complemento da Liberdade, Pátria e Descanso²⁰

Autenticava, assim, legitimidade à Pátria, em São Paulo, e ao Club Republicano dos Homens Cor, no Rio de Janeiro. E mais, como deixava entrever, essa identidade racial conectava-se a outro vínculo político de natureza republicana. Ambos vinham à tona por ocasião dos embates políticos do momento. Ao fim e ao cabo, foram essas as proximidades que uniram as duas experiências travadas em províncias diferentes, tal como registrado nas palavras finais do artigo:

¹⁹ Idem, *ibidem* – grifos meus.

²⁰ Idem, *ibidem*.

*Cada um de vossos seres representa uma idéia e nesse conjunto de idéias existe um ideal, sobre esse ideal erguei a Deusa da República, que só com ela teremos o descanso para o resto dos dias da existência de nossos Pais, sob o império da democracia, onde domina o império do povo pelo povo, na Pátria então verdadeiramente livre.*²¹

A República ofereceria, além do mais, a possibilidade da supressão das lacunas deixadas pela independência incompleta, como acusa o periódico por meio do artigo de João China, “Emancipação da Pátria”. As palavras do publicista eram categóricas: “A Nação Brasileira nunca ficou independente! Aquele arranjo do pai e do filho, combinado com alguns ministros e que deu resultado a proclamação da independência no dia 7 de setembro de 1822, não foi a emancipação do Brasil”. Naquela conjuntura, entre as decisões tomadas para o estabelecimento da jovem Nação, estava a permanência da escravidão de africanos e seus descendentes, evidenciando sua autonomia limitada e seu desapareço pela humanidade dos povos negros:

*Como compreender-se um Estado independente e livre, quando a superioridade numérica dos seus habitantes continuava escravizada? Mas o Brasil começou a gozar dos foros de uma nação livre e independente sofrendo, porém, o escárnio que fazia o estrangeiro de sua liberdade, que na verdade era aparente!*²²

A alteração da forma de governo tornava-se, portanto, uma oportunidade ímpar para os acabamentos finais à impulsão do crescimento e da democracia brasileira, há tempos buscada.

Valorizando símbolos e imagens tais como as dos “heróis inconfidentes mineiros, capitaneados pelo imortal Tiradentes”, *A Pátria* apostava na proximidade da emancipação definitiva do país, visto que: “uns fizeram a base, outros levantaram as paredes, alguns já estão cobrindo e brevemente muitos levantarão o pavilhão sobre o grande edifício da civilização, moralidade e igualdade!”.²³ A contar com o ocorrido durante as pelejas abolicionistas, que em seus últimos momentos recebera a adesão dos “grandes, graduados, os da melhor posição da sociedade”, uma movimentação semelhante parecia acontecer com a causa republicana. A experiência adquirida nas disputas pela extinção do trabalho escravo, bem como as dificuldades específicas do período que antecederam a República foram assim descritas:

Correram os tempos e como a causa da humanidade foi adquirindo adeptos, o povo branco começou a exigir a reivindicação da liberdade do povo preto, e este, ao seu turno, foi compreendendo o seu direito e por si mesmo procurou restaurar-se na sociedade e, em consequência, veio a lei de 13 de maio de 1888, que deve denominar-se Lei do Povo.

²¹ *Idem, ibidem.*

²² *Idem, ibidem*, p. 3.

²³ *Idem, ibidem.*

*Mas o Brasil está livre mesmo?
Cremos que não!...
A nação tem ainda os piores escravos: os que (sem necessidade absoluta)
sacrificam suas idéias, barateiam suas posições políticas e sociais por
amor a um título ou emprego que raras vezes são merecidos e dão-lhe
importância!
Os homens nessas condições são mais escravos que os antigos
escravizados de cor preta.²⁴*

Essa sucessão linear e cíclica dos fatos na narrativa, ao tempo em que evidenciava as limitações das expectativas anteriores – da independência e da abolição –, contribuía para o fortalecimento do projeto recente – a República. Importa dizer que tal expediente não se restringia à fatura do artigo de João China, estando presente na conformação argumentativa do exemplar como um todo; ou seja, a elaboração dos textos guiava-se simultaneamente pelas contradições e as expectativas do momento. Mesmo que o objetivo geral girasse em torno da garantia de linearidade ao que fosse proferido, o jornal abria para uma multiplicidade de cruzamentos ricos em detalhes.

Fundado nesse mesmo princípio, este número de *A Pátria* reserva outra surpresa, dessa vez localizada no artigo assinado por Arthur Carlos comentando o que teria ocorrido na cidade de São Paulo quando da comemoração do primeiro aniversário da Lei Áurea. À luz do descontentamento expresso nas linhas do “13 de maio em São Paulo”, sobressai um clima de intolerância do poder público perante qualquer possibilidade de agitação popular. Em curto espaço de tempo, as autoridades buscariam assegurar uma atmosfera de normalidade, na qual os embates públicos, por menos ameaças que trouxessem, fossem colocados no esquecimento:

*O modo frio com o qual foi acolhida aquela data em São Paulo demonstra evidentemente a falta de patriotismo que existe entre nós! Parece incrível? Que numa província como a nossa, que tem sido sempre a primeira nas demonstrações de amor pela pátria, depois de um ano decorrido do aniversário da lei que libertou o Brasil da mais degradante nódoa, não procurasse dar uma prova mais viva, mais entusiasta pela realização desse grande fato, no qual foi a maior obreira.
Os dias 12 e 13 de maio do corrente ano em nada diferiram dos comuns, senão pelo zelo especial que teve a nossa polícia em mandar espancar e pisar a patas de animais os transeuntes que saíram de suas casas em busca de festas e que, completamente desenganados, tiveram de recolher-se a seus lares porque a prudência assim os aconselhava.²⁵*

Os poucos eventos percebidos corresponderiam, segundo o articulista, a “brincadeira particular que não traduzia o sentimento dum povo”, limitando-se a iluminações nas ruas e no largo da liberdade e um certo número de batuques. Distante desse restrito circuito de rua, a ocasião teria oportunizado, ainda, a publicação de um “jornal comemorativo”, muito mais voltado

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 4.

para o ataque à imagem dos republicanos do que para os interesses mais imediatos dos recém-libertos, segundo avaliação de *A Pátria*.

Indiscutivelmente, a empreitada assumida por esse impresso encontrou uma São Paulo de cujo solo histórico se erguiam grandes expectativas, dela também se nutrindo as aspirações dos cidadãos negros. Os envolvidos com a redação do jornal, especificamente, vislumbravam no tempo da República a época em que, além de suplantados os limites da independência capenga, as esperanças lançadas pela abolição poderiam materializar-se para qualquer “Filho da Plebe”, como decantava Honório de Santarém:

*A minha frente arrogante
Hei de erguer! e por que não?
– Se como a águia valente
Sou livre – ou como a vertente
D’água virgem do sertão?*²⁶

A força das palavras e das idéias nelas contidas parecia dispensar a apresentação detalhada da figura de cada redator. Suas identidades poderiam, quem sabe, ser facilmente acessadas pelos leitores da época. Contudo, isso acabou prejudicando a identificação desses personagens. A despeito disso, *A Pátria* apresentava-se como um instrumento “dos” homens de cor; seus argumentos evidenciam-nos como público-alvo; e, acima de tudo, o sujeito da fala geral do jornal assim se afirmava.

Existiria, outrossim, um espaço de sociabilidade que tornava possível *A Pátria* ser vendida em locais públicos: a charutaria Aymoré e o chalé do Profeta, por um “especial obséquio” dos estabelecimentos. As correspondências, as assinaturas e tudo que tivesse relação com periódico deveriam ser dirigidas também à Casa Aymoré, estabelecida no Largo da Sé, n. 2D. Em contrapartida, a folha veiculava um anúncio da charutaria. Fato digno de relevo, entre os títulos da imprensa negra oitocentista, *A Pátria* foi o primeiro a reservar espaço para uma tira publicitária – o que a conectava às modernizações empreendidas em todo o campo editorial.

Eram mesmo tempos de mudanças constantes, que estimulavam posicionamentos variados e numa velocidade intensa. O que parecia firme poderia ser abalado com certa facilidade, como, por exemplo, a crença no republicanismo. *O Progresso* assim diria.

Desilusões e desafios na escrita de *O Progresso*.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 3.

Transcorridos dez anos do lançamento de *A Pátria*, o jornal negro que em nada disfarçava sua simpatia pelo republicanismo, a cidade de São Paulo receberia no ano de 1899, tempos da República, um novo periódico chamado *O Progresso – órgão dos homens de côr*. Diferentemente do primeiro, este vinha a público anunciando ter o único fim de “prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos”.²⁷ O trem da história, com mais alguns vagões, precipitava desejos de mudanças mais intensas, instava novos posicionamentos, ainda que a paisagem passasse por alterações bem mais lentas. Tais expectativas, ao depararem com a conservação do estado de coisas, resultavam em expressões de desgosto, frustração e indignação, tais como esta:

Passou-se o período mais angustioso para os homens pretos. Surgiu a aurora de 13 de maio, data de imorredoura glória de muitos pretos que foram os arautos da abolição como Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda, Rebouças e tantos outros.

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo) que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável?²⁸

O trecho evidencia que, além da abolição, a instauração da República ganhara já contornos de engodo. José do Patrocínio, naquele rejeitado, era ali redimido e ganhava a cena ao lado de seus pares negros, como Luiz Gama e André Rebouças.²⁹ Ao mesmo tempo,

²⁷ A despeito de suas diferenças, ao que parece, essas duas empreitadas da imprensa negra em São Paulo mantiveram certa relação. Essa possibilidade é sugerida pela publicação em *O Progresso* de uma nota de falecimento de Arthur Carlos, em 11 de agosto. O ex-redator de *A Pátria* era saudado como um prezado amigo e companheiro de lutas. *O Progresso* informava sua intenção de publicar uma pequena biografia do companheiro, mas isso não havia sido possível naquele número em virtude do atraso em que o material chegou à redação. Todavia, prometia apresentá-la na edição seguinte.

²⁸ *O Progresso – Órgão dos Homens de Côr*. São Paulo, Typografia Soler, n. 1, 24 de agosto de 1899 (Sessão de Obras Raras, Biblioteca Nacional), p. 3 – grifos meus.

²⁹ *O Progresso* concederia a José do Patrocínio outro espaço além dessa breve referência. A seção “Noticiário” garante-lhe mais uma nota de destaque: “Esteve, há dias, nesta capital, o distinto jornalista José do Patrocínio,

ampliava-se o sentimento de que a situação dos negros no Brasil piorava a olhos vistos. *O Progresso* trazia consigo não somente percepções renovadas, como também era produto de diferentes autores. Em sua estréia a 24 de agosto de 1899, Theophililo Dias de Castro ocupava a função de redator-chefe. A José Cupertino, redator secretário, coube a responsabilidade pelo recebimento das correspondências, que deveriam ser emitidas para o escritório do jornal na Rua das Flores, 45. A impressão, por sua vez, era feita na Tipografia Soler, Rua del Riachuelo, 34.

O recurso ao passado como alavanca para o futuro, habitualmente, recolheria aquilo que mais interessante parecesse às estratégias do momento. Nesse sentido, a primeira página chama para si bastante atenção ao trazer uma xilogravura do busto de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, o advogado negro abolicionista e provável filho de Luiza Mahin, mulher africana de forte personalidade que viveu em Salvador no início do século. A imagem era acompanhada por um brasão no qual duas mãos se cumprimentavam em atenção ao 13 de maio de 1888. Ademais, o lançamento do jornal casara-se com o aniversário de morte daquele defensor da causa da liberdade. A oportunidade foi, então, aproveitada para a exposição de uma curta biografia, inserida no artigo de fundo assinado por Teodias, codinome do editor.

Curiosamente, o texto não mencionava o lado republicano de Luiz Gama, mas ressaltava o desejo de, por meio do exemplo deixado por ele aos negros, incitar em seus leitores, também negros, a fibra e a astúcia do homem que se livrou da escravização indevida e se tornou um respeitado jurisconsulto na cidade de São Paulo:

*Pretos! É preciso que se pague este tributo ao morto ilustre: é preciso que seu nome brilhe dentro de nossas almas, tanto quanto a estrela mais adorada do Firmamento; é preciso que a aurora do século XX, ao saudar este pedaço do continente americano, onde se acham sepultados os restos de nossos maiores, bem haja o nosso sometimento [respeito/abnegação] nessa ânsia de progredir; que dele se desprenda o retalho de torpezas que se apegam ao manto velho do século XIX, sendo atirado à noite do esquecimento; que uma geração capaz, ativa e feliz surja triunfante na conquista do Bem, na realização dos nobres ideais. E para isso é necessário que não demorem em construir o nosso núcleo social, no qual fiquem concentradas todas as nossas forças, derivando dele as boas intenções que temos em prestar o nosso auxílio desinteressado à raça a que pertencemos.*³⁰

Além de estímulo às individualidades, a figura de Gama prevalecia como plataforma para o fortalecimento de laços coletivos que uniam os negros daquele contexto. A crença gratuita no esteio republicano, em *O Progresso*, não tinha mais razão de ser. Ensaiaava-se,

sendo alvo de uma entusiástica manifestação promovida pelos moços acadêmicos. À porta da Confeitaria Fasoli, foi este ilustrado abolicionista saudado pelo nosso amigo Antonio Eusébio d'Assumpção” (*O Progresso*, n.1: 4).

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 1 – grifo meu.

assim, uma afirmação estruturada a partir de uma espécie de coletivismo negro. Décadas mais tarde, a cidade de São Paulo contaria com uma quantidade crescente de clubes, associações e outros jornais voltados ao benefício de mulheres e homens negros. Mas a identificação entre esses dois momentos não se deu de forma instantânea. Por ora, o publicista recobrava lances da vida de Luiz Gama, a partir das informações existentes no terceiro volume do “Instituto Histórico de São Paulo”, a fim de legitimar a viabilidade da proposta.

Antes de iniciar o relato, o redator preocupa-se em incentivar os leitores para que lessem tudo aquilo não “como um escrito de pouca importância, pois muito [falaria] em nossa alma”. O texto, além do destaque à atuação jurídica de Gama – momento posterior à guinada que empreendera em seu próprio destino, livrando-se da escravização indevida –, engrandece sua origem materna e critica a figura paterna, que o teria conduzido ao cativeiro vivido no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Apoiado no que Luiz Gama havia narrado nas *Trovas Burlescas de Getulino*, o texto reconhecia em Luiza Mahin a genitora do ídolo. Ao descrevê-la, atribui “o profundo sentimento de insurreição e liberdade” daquele homem à herança deixada pela forte personalidade de sua mãe:

[Luiza] era muito trabalhadeira e entregava-se ao comércio da quitanda, sendo na cidade em que residia muito popular e conhecida. Era pagã e recusava-se a converter-se ao cristianismo. Mais de uma vez fora presa por suspeita de envolver-se em planos de insurreição de escravos, que não tiveram efeito. Em 1837, depois da revolução do dr. Sabino, mais conhecida pelo nome de Sabinada, veio ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou.³¹

Quanto a seu pai, a narrativa recorre novamente ao período próximo à Sabinada e vai até 1840 para informar aos leitores sobre como Luiz Gama fora vendido por seu próprio pai, um fidalgo português falido. Sobre o episódio, o texto oferece até mesmo uma reconstituição da cena da transação comercial, “que deixa ver, por um lado, o caráter corrupto de um pai e, por outro, a energia do filho vendido”.

Tal como defendido por *O Progresso*, Luiz Gama, a contar do dia do seu possível último encontro com sua mãe,³² por infelicidade do destino, e seu pai, pelo desprezo adquirido, dedicou sua vida à defesa da população negra, empenho definitivamente interrompido pela morte em agosto de 1882. Fato registrado por Elciene Azevedo, no entender de Gama, as causas maiores a se buscar seriam a liberdade e a soberania popular.

³¹ *Idem, ibidem.*

³² Aqui há uma possível contradição, pois, em 1840, Luiza Mahin não estaria mais na Bahia, quando seu filho foi mandado para o Rio de Janeiro. Segundo consta, ela teria seguido para aquela província imediatamente após a Sabinada, em 1837.

Enquanto se continuasse a exaltar a “pátria”, antes e acima de tudo, o rompimento como que estava estabelecido se tornaria impossível. A simples exaltação à pátria, portanto, “seria um conceito incompatível com as transformações pelas quais lutava, pois este conceito representaria a união de todos indiferenciadamente – a ‘síntese da felicidade deste país’ – sem atender para as profundas desigualdades de uma sociedade regida por relações escravistas”(AZEVEDO, 1999: 169-170).

Isso interessava ao jornal. O impresso exaltava naquela trajetória individual, além da sagacidade, os êxitos alcançados por ele graças à sua aplicação aos estudos e ao bom manejo das ferramentas do “mundo branco”, dito civilizado. Valendo-se desse exemplo, o jornal indica a luta pela educação como instrumento imprescindível ao alcance da autonomia dos negros. Os processos de ensino, ao aglutinar simultaneamente as funções de fortalecimento individual e reação coletiva, serão ainda o mote de outro texto “Eduquemo-nos”, assim introduzido:

*Lançando um olhar para o futuro, sem esquecermos o passado, vemos que o homem preto, por sua índole, inteligência e amor ao trabalho, pode ter papel saliente na sociedade, embora espíritos retrógrados afirmem o contrário, querendo colocá-lo abaixo do nível de outras raças. Queremos que nos mostrem em que o preto é inferior ao branco? Em inteligência? Não, porque todo o preto que tem estudado tem dado boa prova de si, chegando a ocupar página de nossa história. Dirão que esses são poucos, não podendo, portanto, fazer peso na balança do julgamento. Mas, senhores, como exigir da totalidade mostras de talento, se não lhes deram instrução!*³³

Ao contrário do que as teorias raciais vinham forjando, *O Progresso* tratava o restrito avanço social no meio negro como o resultado da negação de oportunidades iguais para todos os membros da sociedade; e expunha lances corriqueiros em que os talentos e virtudes eram preteridos em proveito da valorização do fenótipo branco. As provas disso seriam abundantes:

*Muitas vezes em boas rodas eram admitidos tipos repugnantes cujo hálito empestava a atmosfera, pois eram ladrões, assassinos, sedutores, tudo quanto de vil a sociedade comporta; mas eram brancos ou mulatos-claros (?) No entanto, nessas cidades havia médicos ilustres, advogados cujos nomes eram respeitados no mundo forense, artistas de real merecimento, homens de caráter irrepreensível, famílias cuja honradez não admitia dívidas, que, por serem pretos, eram desprezados por seus colegas.*³⁴

Essa manutenção do desdém contra os negros – que extrapolava a fronteira do escravismo e alcançava os livres e libertos – realizava-se graças ao subterfúgio do

³³ *O Progresso...*, p. 2.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 3.

nivelamento dos dois espaços mais imediatos de socialização negra, o cativo e a liberdade formal. Enquanto o cotidiano escravista fortalecia e reproduzia a associação direta das imagens dos africanos e seus descendentes à estupidez e à barbárie, garantia aos brancos a posse da insígnia da civilização.

À medida que essas percepções se naturalizavam, comentários como o seguinte facilmente apareciam: “os pretos, os que arrancavam das entranhas da terra regada com seu sangue a fortuna que seus *senhores* gastavam, eram tão idiotas que dispensavam tudo isso para devorar uma pelota de angu, um pouco de feijão e um pedaço de peixe (bacalhau), isto por ser dia de festa”.³⁵ O articulista de *O Progresso*, em sentido inverso, relativizava o alcance desse binômio civilização–barbárie recobrando os limites impostos pela própria escravidão brasileira, que tolhia aos negros estímulos ao desenvolvimento do gosto por comidas e costumes considerados sofisticados, os quais a muito custo eram aprendidos pela gente da elite local. “Como exigir, pois, desses homens civilização que lhes não deram?”. E dizia mais: “[Os mesmos homens] que, vivendo sob o cativo foram atirados da noite para o dia ao grande turbilhão social, sem a menor noção de civilidade, tornaram-se verdadeiros patriotas (...) O país que despreza elementos de força e progresso como esses é um país de cegos”.³⁶

Investindo sobre o mesmo terreno em outro flanco, o artigo de Bernardino Ferraz, cujo título era “Superioridade da Raça”, dirigia suas forças para solapar a autenticidade das correntes da ciência antropológica que submetiam os negros à condição de raça inferior, tanto fisiológica quanto psicologicamente. Os “antropologistas” signatários adotavam como peças de demonstração de suas teses “o menor volume do cérebro e a acumulação da massa encefálica na região occipital [parte ínfero-posterior da cabeça], o que para a frenologia é sinal de sensualismo e falta de concepção do mundo exterior”. Ferraz colocava em xeque esses argumentos trazendo ao primeiro plano as práticas científicas que não se limitavam a tais postulados, as quais abriam “novos horizontes para a filosofia antropológica”:

O homem já não é mais estudado pelo seu corpo físico, mas sim pelo ambiente onde ele se desenvolve.

*Um homem de cor preta criado e educado na Europa torna-se tão ilustrado e moralizado como um europeu que temos prova; e, ao mesmo tempo, um branco europeu criado no meio dos selvagens antropófagos não só será selvagem como também devorador de carne humana.*³⁷

³⁵ *O Progresso...*, p. 2-3.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 3.

³⁷ *Idem, ibidem*.

Não haveria, pois, justificativa empírica que sustentasse as teorias sobre a hierarquização das raças. O publicista segue no aprofundamento dessa idéia por meio do exame da trajetória dos povos de “raça amarela”, em especial os chineses. Na percepção assumida em *O Progresso*, essa civilização, que no passado fora responsável pelo desenvolvimento de “grandes maravilhas”, estava agora reduzida à mediocridade em virtude das mudanças de ordem histórico-social, não biológico-natural. Processo semelhante, acrescenta, estaria em curso na Europa, “centro da raça branca”, onde se passava “qualquer coisa de anormal, própria de uma raça cansada” – algo que fatalmente redundaria na perda da supremacia que ora desfrutava, “pois que muitos outros povos se civilizarão e reivindicarão os seus direitos”.

Esses questionamentos retirados de uma antropologia cultural incipiente faziam frente às certezas do evolucionismo social. A despeito de suas limitações de fundo, pareciam trazer benefícios imediatos ao contestar a redução da noção de raça à de cultura, combatendo a ascensão do racismo biológico muito em voga; bem como permitia afirmar categoricamente: “A civilização é como uma onda impelida pela lentidão dos séculos através das raças humanas; ela não é propriedade desta ou daquela raça, porque todas elas são aptas a progredir”.³⁸ Tal reconhecimento vinha demonstrar a grandeza das pessoas negras que conseguiam romper as barreiras sociais que travancavam seu desenvolvimento:

Os libertos mandavam seus filhos à escola e estes bem depressa davam mostras de que eram tão inteligentes como os brancos, e a prova é que os poucos pretos cuja condição pecuniária lhes facultou os meios de estudar em estabelecimentos de ensino superior deram provas de pujança de espírito, salientando-se entre os seus contemporâneos.

*É assim que temos nas letras, nas artes, nas ciências, pretos de real merecimento, que longo seria enumerar.*³⁹

Ocorre que o controle exercido sobre os negros não se limitava às tentativas de rebaixamento absoluto. As chamadas exceções, ora utilizadas para demonstrar quão limitadas seriam as virtudes da raça negra, em outro momento, amparariam as representações da vigência de uma democracia racial no Brasil. Dessa forma é que os esforços empreendidos pelos negros ao largo do apoio governamental seriam aproveitados por seus detratores.

Diante de um conjunto de situações tão complexas, muito facilmente se entende o zelo dispensado à busca por educação para esses indivíduos, preocupação que não se limitava à demonstração dos fatos, recorria até à convocação declarada:

A vós homens pretos, por honra de nossa raça, por glória de nossos avós que morreram no árduo trabalho de fazerem fortuna pública e particular

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 3.

*de nossa pátria, pedimos por tudo quanto mais caro vos possa ser: educai-vos, educai vossos filhos, ensina-lhes o caminho do dever que tem por ponto de partida o trabalho e a instrução.*⁴⁰

Por falar em trabalho, esse foi outro tema importante no primeiro número de *O Progresso*. “A crise da lavoura”, artigo também assinado por Bernardino Ferraz, criticava os subsídios destinados à substituição de mão-de-obra negra pela branca com o argumento da melhor aptidão dos europeus ao trabalho assalariado e modernizante. À época, a cultura cafeeira ainda era a base da economia paulista, sendo a responsável pelo rápido desenvolvimento assistido nos últimos tempos. Mas, nos tempos da presidência de Campos Sales, a produção do “ouro verde” entrava em crise. Acerca disso se pronunciava o “órgão dos homens de cor”:

*Em nosso entender, a crise da lavoura não é o excesso de produção, mas sim o preço do trabalho, a falta de aptidão do trabalhador e a falta de braços. Rios de dinheiro tem o Estado dispensado com a migração, quantidade enorme de europeus tem aportado às nossas plagas, e clamor da falta de pessoal para a lavoura é geral!*⁴¹

O jornal negro não recorreria aos valores da caridade para defender a contratação do trabalhador negro nos serviços agrícolas, tal como utilização feita por parte dos abolicionistas anos antes, segundo Célia Azevedo (2004: 205-211). Em vez disso, dispunha aos leitores uma avaliação ancorada num pragmatismo ferino:

No estado de São Paulo há uns 300.000 trabalhadores europeus nas fazendas, os quais não dão vazão ao trabalho que em 1887 era feito com folga por 100.000 pretos! O desprezo dado aos pretos pelos fazendeiros é uma das principais causas da crise da lavoura.

*Depois da abolição, um preto limava mil pés de café por 40\$000 anuais, hoje o europeu limpa por 80\$000; um preto colhia um alqueire de café por 300 réis, e hoje o europeu colhe por 1\$000. (...) Os pretos em todos os pontos de vista devem ser preferidos aos estrangeiros para o trabalho agrícola; e nem se diga que o trabalho do europeu supera o do nacional, porque dizem que o europeu trabalha impulsionado pela inteligência (...) O governo paga, além da passagem, 70\$000 por imigrante agrícola, o qual não pára na fazenda e absolve essa quantia dos cofres públicos, sem o mesmo resultado para a lavoura e prova do Estado. Se esse dinheiro revertesse em benefício da educação agrícola dos nacionais, que grandes vantagens não seria para a lavoura e para o estado.*⁴²

Conclusões que à intelectualidade brasileira custaram mais de meio século eram feitas naquele momento mesmo por Bernardino Ferraz, para quem as políticas imigrantistas não passariam de pretexto para a exclusão da população negra do mercado de trabalho, na medida

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁴² *O Progresso...*, p. 4 – grifo meu.

em que os estrangeiros brancos é que não dominavam a técnica de trabalho em terras brasileiras. A esse “erro de cálculo”, cujo sobrenome seria discriminação racial, o articulista atribuiu às causas primeiras da crise do café.

Atuando no presente em nome da construção de um futuro próspero para a população negra, esse impresso negro apostava na reversão do quadro de desigualdade que os atingia em cheio e assim terminava um de seus artigos: “Muita gente não crerá que um dia a raça preta floresça como está florescendo a branca, mas se tomarem a história e procurarem a origem de todos os povos mais civilizados da Europa, ficarão convictos de que foram mais bárbaros, mais ignorantes que os africanos de hoje”.⁴³

Assim já apostaram aqueles velhos militantes...

Referência Bibliográfica:

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites século XIX*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. In: BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973
- CARVALHO, José Murilo de. Com o coração nos lábios. In: PATROCÍNIO, José do. *A Campanha Abolicionista – coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002.
- DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1972
- FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986
- GOMES, Flávio. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005
- _____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- JACINO, Ramtis. *O trabalho do negro livre na cidade São Paulo (1872-1890)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992
- SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. “A colonização e a questão racial nos primórdios da República”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. “Associações de Homens de Cor” – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937)”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

*Artigo recebido em maio de 2008. Aprovado em novembro de 2008.

⁴³ *O Progresso...*, p. 4.